

ATA DA 083ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc.

Temos um início de semana com sol, com alegria, já que o estado de Santa Catarina passou um final de semana de enchentes, de dificuldades para a nossa população, mas uma população que não se abate, que é preparada, que enfrenta as dificuldades, e que faz este estado continuar firme e forte, mesmo com essas dificuldades do tempo.

Sei que hoje vários deputados devem ocupar esta tribuna para falar sobre a questão das enchentes, sobre Rio do Sul. Sei do empenho do meu amigo deputado Jorge Teixeira pelo município de Rio do Sul, e dos deputados da região de Blumenau e Itajaí. Praticamente todo o estado de Santa Catarina foi castigado pela chuva.

Felizmente, a história começou a mudar, porque a enchente vinha, pegava a todos de surpresa, o trauma e os danos eram muito grandes. Inclusive, já perdemos catarinenses em enchente. Com a programação dos governos do estado e municipal, da Defesa Civil, com o secretário Milton Hobus, que vem fazendo um grande trabalho por todo o estado de Santa Catarina, os males foram menores.

Houve uma previsão com mais de dez dias de antecedência por parte do governo estadual, e com isso foi possível orientar as pessoas a se prepararem, o estado se preparar, as comportas foram fechadas no alto vale para que as represas pudessem segurar a água da chuva para evitar mal maior, ou seja, na quinta-feira, conforme já orientado, definido e anunciado pelo governador Raimundo Colombo, as comportas das represas estavam zeradas, e foram fechadas quando, após as chuvas, a água começou a atingir os municípios de Rio do Sul e Blumenau. Houve o fechamento das comportas para segurar a inundação, mas mesmo assim ela atingiu muito esses municípios.

É claro que o estado tem mais obras que estão aguardando decisão judicial para que possam ser executadas, mais represas planejadas, que esperamos num futuro próximo possam evitar quase que totalmente essas inundações.

Então, imaginem se não houvesse previsão, se as comportas, as represas estivessem com um nível elevado quando começou o período de chuva, aí, sim, teríamos uma inundação ainda maior.

Portanto, felizmente o trabalho da Defesa Civil do governo do estado e dos municípios permitiu que o estado pudesse orientar, precaver e diminuir os males que podem ser causados numa inundação.

Também temos a questão da estiagem, principalmente no oeste do estado, onde nosso estado também está preparado implantando, incentivando e financiando as cisternas para que o agricultor possa ter a sua água armazenada, e quando vier o período da estiagem o estado, o cidadão esteja preparado para enfrentar as dificuldades. Então, é muito importante investir na prevenção.

Nós já tivemos grandes enchentes no estado de Santa Catarina e ficávamos depois recuperando os danos causados sem que houvesse um investimento, uma prevenção para evitar um mal maior. Não podemos conter a chuva, isso é inevitável, assim como não podemos conter a estiagem. Isso é da natureza e somente Deus para controlar esses efeitos que acontecem. Agora, podemos, sim, sabendo que eles podem ocorrer, minimizar os males tanto da estiagem, quanto das enchentes. E o estado de Santa Catarina deu uma demonstração disso. Os municípios de Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, e depois subindo o alto vale até Rio do Sul, Taió, enfim, toda aquela região foi atingida.

Então, aproveito também para parabenizar a Defesa Civil e o governo do estado por essa preocupação em atender dessa maneira a população catarinense.

Nós só percebemos o problema quando ele ocorre. O mesmo acontece com a luz. Só se dá valor a ela quando falta luz. E com a água é a mesma coisa.

Assim, há muitas ações que quando forem realizadas vão passar despercebidas, mas vão estar, sim, fazendo bem à população do nosso estado.

Portanto, tem que ser investido mais ainda na prevenção das cheias, com a construção de mais sete barragens, como é programado, assim como a elevação de algumas delas, conforme projetos já elaborados pelo governo do estado.

Quero aproveitar, deputado Kennedy Nunes, para registrar a audiência pública realizada ontem pela SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional - de

Itajaí, Balneário Camboriú e região, e parabenizar o secretário Claudir Maciel pela iniciativa de, tão logo ter assumido a secretaria Regional há poucos dias, ter partido para alguns projetos importantes para a região de Balneário Camboriú e Itajaí.

O município de Itajaí já tem os investimentos do governo do estado no Hospital Marieta Konder Bornhausen e várias outras obras na área da educação e saúde. E em Balneário há dois grandes projetos: um é a construção de um colégio estadual no bairro das Nações, que é hoje uma necessidade - nós temos, hoje, todo o ensino concentrado no centro -, e o outro projeto, que é o mais importante, é a construção do centro de eventos de Balneário Camboriú.

A cidade de Balneário Camboriú tem uma rede hoteleira com capacidade de 20 mil leitos. Hoje o município, que é a capital turística do nosso estado, tem o maior local para realizar um evento, uma convenção, com mil lugares. E o governo do estado, através da SDR, ontem esteve na audiência pública na Câmara de Vereadores, sendo que lá o sr. Valdir Walendowsky, da Santur, expôs, através da Prosul Engenharia, o projeto para a construção de um centro de eventos com capacidade para até 25 mil pessoas.

Santa Catarina e Balneário Camboriú precisam desse centro de eventos! Como eu disse, uma cidade turística, com uma rede hoteleira com mais de 20 mil leitos, precisa de um local que possa acomodar eventos de grande porte.

O governador Raimundo Colombo buscou junto ao governo federal R\$ 50 milhões para investimentos nesse centro de eventos que vai custar R\$ 75 milhões. Então, R\$ 25 milhões serão investidos pelo governo do estado num centro de eventos com capacidade para 25 mil pessoas, em um local que será da grandeza, do porte do povo catarinense e da minha cidade, Balneário Camboriú.

Por isso, quero parabenizar o secretário Regional Claudir Maciel, e a Santur.

Ontem, tivemos a exposição, a apresentação do projeto, com a presença do prefeito Edson

Piriquito, do vereador Nilson Probst, presidente da Câmara de Vereadores, também dos vereadores Ary Souza e Pedro Francez. Todos os vereadores estavam participando da apresentação. É muito importante que a comunidade participe.

Existe um projeto elaborado pela prefeitura e existe esse elaborado pelo estado. O importante é que a obra efetivamente aconteça. Esse é o registro importante, é isso que precisamos, sem vaidades, seja esse ou aquele projeto. O importante é que seja um projeto que atenda à demanda da nossa população e do nosso estado.

Então, parabéns Santa Catarina pela demonstração de força contra as enchentes e nos grandes projetos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro de Breves Comunicações, com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, quero iniciar saudando os catarinense e, de forma especial, o secretário da Defesa Civil Milton Hobus, ex-prefeito de Rio do Sul, pelo extraordinário trabalho que fez e que está fazendo na questão da prevenção e minimização dos efeitos das cheias. As chuvas de sexta, sábado e domingo provocaram essa enchente no vale do rio Itajaí Mirim, no vale do Rio Itajaí Açu e em diversas outras bacias. Especialmente no vale do rio Itajaí, normalmente pegava as pessoas de surpresa, mas a enchente deste final de semana estava sendo monitorada.

Estive pessoalmente no sábado em Blumenau e presenciei, na rua XV de Novembro, as pessoas do comércio se prevenindo, justamente porque o serviço de meteorologia havia previsto o problema, o fez com que cada um se programasse para minimizar os efeitos da enchente.

Inclusive, pouca gente pediu na Defesa Civil colchões, etc. Houve um número pequeno de pedidos, justamente porque a grande maioria das pessoas já

havia se prevenido em função das previsões que vinham sendo feitas.

A previsão era um aumento de sete, oito, até nove metros. Cada um, do seu jeito, sabia aproximadamente como seria atingido e já tomou a sua precaução. E graças à barragem em José Boiteux - a perspectiva é de que se não fosse aquela barragem a enchente em Blumenau talvez tivesse um metro a mais - foram menores os prejuízos dos cidadãos de Blumenau.

Quero destacar justamente a ação, a atividade da Defesa Civil de Santa Catarina, naturalmente impulsionada pelo governador Raimundo Colombo, bem como pelo secretário Milton Hobus, que operacionalizou o processo para minimizar os efeitos dessa enchente.

Esperamos inúmeras obras. Estão previstas sete barragens no vale do rio Itajaí Açu, que fará com que o fluxo dessas águas seja coordenado, no sentido de coletar a água no pico maior da chuva, evitando o aumento do nível das águas quando de uma enchente. Todavia, do ponto de vista prático, normalmente uma barragem utilizada para a produção de energia elétrica pouco contribui na prevenção de cheias, agora, nessa enchente, a pedido do governador, a Defesa Civil ordenou que todas as barragens fossem esvaziadas antes de iniciar as chuvas, e assim contribuíram muito para conter um grande volume de água. Em Blumenau, o nível da água subiu um metro a menos do que teria subido caso não fosse essa interação.

Esperamos, naturalmente, que com a construção das novas barragens, com a instalação do radar meteorológico, elas mantenham um volume significativo de água no momento adequado. E aí seria necessário um estudo em toda a bacia sobre os níveis de água relativos às enchentes em cada cidade. Isso contribuiria no sentido de que o sistema que contém as águas nas barragens vá soltando-a até atingir um nível que não interfira na qualidade de vida das pessoas.

Por isso, quero saudar o ex-prefeito Milton Hobus, agora secretário de Estado de Defesa Civil, pelo seu trabalho de prevenção e por essa

dedicação especial, no caso, pela interação com todos os serviços de meteorologia. A interação com a Defesa Civil de cada cidade, para que esse trabalho coordenado pudesse resultar, enfim, na minimização do efeito da cheia.

Especialmente, na cidade de Brusque, quero citar o sargento Evandro, que coordenou toda a ação da Defesa Civil, justamente porque todas as autoridades já estavam mobilizadas, a população também prevenida de possíveis alagamentos, enfim, a interação entre as Defesas Civis teve muito efeito.

Ainda esperamos o melhor local no vale do Itajaí para instalação de uma represa para conter a água. Esperamos que até o início do ano que vem já tenhamos o projeto técnico e dentro de três anos, no máximo, já teremos uma represa que possa conter um volume significativo de água.

Essa enchente mostra que teremos um grande desafio pela frente.

Por isso, parabéns à Defesa Civil!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero agradecer a presença dos agentes de trânsito de diversas cidades do estado. Cumprimento todos, em nome do presidente do sindicato, Silva; cumprimento a Tatiana, diretora administrativa do sindicato dos Agentes de Trânsito; o Ramos, que é agente de trânsito da minha cidade, Blumenau.

Ontem, foi comemorado o Dia Nacional do Agente de Trânsito. Quero das boas-vindas a todos, homens e mulheres, que fazem um trabalho exemplar no trânsito de diversas cidades do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência deseja boa estada a todos os agentes de trânsito.

Após a Ordem do Dia termos a manifestação de um representante da categoria.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, funcionários desta Casa, agentes de trânsito, que de forma responsável ajudam a diminuir os acidentes do estado e disciplinar esse segmento.

Estou vendo que hoje o que está pautando as intervenções são os problemas das enchentes, das cheias. Vou falar sobre isso no horário dos Partidos Políticos, até porque nem tudo é esse mar de flores e felicidades que está sendo anunciado aqui.

Ontem, ouvindo o jornalista Paulo Alceu e, hoje, outros jornais, deputados, temos visto que a imprensa tem sido crítica, e com razão em parte, um pouco em decorrência dos atrasos das obras e de recursos. Mas tem sido crítica ao governo federal. E o estado tem ficado a mercê disso e sendo colocado como grande agente resolutivo da prevenção de parte das cheias e dos sofrimentos das famílias.

Fui prefeito da cidade de Rio do Sul, enfrentei uma enchente de quase nove metros, no período. Em 2011, tivemos a cidade como a mais afetada pelas enchentes. E agora, novamente, a cidade de Rio do Sul aparece como a mais afetada.

Estou dizendo isso porque no sábado à noite participei de uma reunião da Defesa Civil, em Rio do Sul, no hospital regional, até as 9h, e todas as informações da Defesa Civil - importante dizer que as informações que vêm para o município são da Epagri e do Ciram - não foram condizentes com o que aconteceu no dia seguinte em relação ao resultado de quanto se elevaria o rio. As informações dadas eram de que decresceriam, mostraram na tela os satélites e criticaram muito o Coutinho, de São Joaquim, a quem quero parabenizar porque ele, mais uma vez, foi um dos

que acertou. Ele acertou na enchente de 2011, quando avisou que iria chegar a 13 metros no mínimo e a Defesa Civil dizia que não passaria de 9,5 metros e que as pessoas não precisariam tirar nada de dentro das casas, e todo mundo perdeu tudo.

Nessa, pelo menos, gato escaldado tem medo de água fria, o pessoal conseguiu reduzir, limpar as casas, tirar tudo e corrigir para não ter tamanhas perdas. Mas, como a imprensa tem sido crítica, mais ao governo federal, daqui a pouco no horário do partido quero abordar isso de forma mais pontual. É importante dizermos aqui, deputado Maurício Eskudlark, porque que a obra de Taió foi parada na Justiça, deputada Ana Paula Lima. Foi licitada a obra de Taió para elevar a barragem em mais 2 metros de altura, e também a de Ituporanga. A barragem de Taió foi barrada por uma empresa que entrou com uma ação na Justiça, porque não pode participar da licitação e essa mesma empresa participou da licitação de Ituporanga, deputado Kennedy Nunes, na Justiça, que garantiu o direito dela participar numa licitação dirigida. Por isso a obra está parada e está na Justiça.

E não vamos dizer mais isso? Vamos dizer que quem conduziu a licitação da obra não foi o governo federal, foi o governo do estado com a Defesa Civil. Não quero dizer que o secretário... Mas houve erro na licitação a ponto de que em Ituporanga a empresa chamada Salver... Estou com as cópias do processo, da ação judicial no meu gabinete, portanto, digo isso com conhecimento porque tenho cópia ali para mostrar para quem quiser.

Então, usarei o horário reservado ao partido para falar um pouco sobre as enchentes. Quanto já foi colocado de recursos no estado. Quem tem que fazer. O governo do estado está preocupado, sim. Participei da recepção que teve ali, a coletiva com a ministra Ideli Salvatti, com o governador, com o secretário, e estavam presentes Casildo Maldaner e Peninha.

Em Rio do Sul, na metade do ano passado, foi realizada uma grande assembleia chamando todos

os prefeitos para instalação dos satélites para as informações. Todo mundo se movimenta, seminário, imprensa e os babacas aqui. Até hoje não foi instalado. Foi licitado e comprado. A casa de máquinas de Ituporanga já foi feita nova. E onde é que estão os controles? Na casa velha, que se enche não funciona, como aconteceu na outra vez.

E não é o governo federal o responsável por isso. Mas depois vou abordar isso com mais detalhes, inclusive falando sobre valores, porque a imprensa está sendo injusta com o governo federal, que está colocando R\$ 600 milhões em Santa Catarina nessa área e que no total passará de R\$ 1 bilhão com todos os investimentos de controle de cheias e de áreas de risco. Mas, abordarei isso depois.

No dia 8 de outubro, aqui na Assembleia Legislativa, estaremos realizando um grande seminário, que é o de Inclusão Produtiva com Segurança Alimentar. Participarão conosco esta Casa; a Epagri; a Fecam; o ministério da Saúde; o ministério do Desenvolvimento Agrário; o Sebrae; o Programa Brasil sem Miséria; o ministério de Desenvolvimento Social. Por quê? Será um seminário que contará com a presença do presidente da Anvisa, dr. Dirceu Barbano.

Pela primeira vez na história deste país, como dizia o deputado Padre Pedro Baldissera, o nosso Lulinha, e v.exa. fez uma boa denominação, a Anvisa está descendo do altar.

A Anvisa, que é um órgão regulamentar, sempre teve mais uma ação de polícia neste país com as vigilâncias sanitárias do estado, que ao invés de ter uma intervenção no sentido de fomentar a microeconomia, a agricultura familiar, o microempreendedor individual, a economia solidária, simplesmente as regras que temos para uma grande empresa são iguais àquelas estabelecidas para uma pequena empresa, que fica num pequeno espaço atrás de uma casa no interior de Santa Catarina. E muitas vezes tem mais controle de qualidade do que numa grande empresa. Todo mundo viu recentemente um rato dentro de uma lata ou de uma garrafa de coca-cola. Querem

empresa com mais controle de qualidade que esta, a Coca-Cola?

E a Anvisa, nesse contexto, estabeleceu um novo marco regulatório para que as vigilâncias sanitárias passem a ter um novo viés de intervenção no sentido de estimular, orientar os pequenos produtores para que passem a fazer parte da economia mais inclusiva deste país.

Por isso, assumimos o desafio de fazer em Santa Catarina o primeiro seminário não coordenado pela Anvisa, mas integrado pelos diversos segmentos e por diversos órgãos para fazermos um bom debate com relação à importância da vigilância sanitária no estímulo à economia inclusiva no estado. Sabemos que muitos avanços ainda precisam ser feitos, porém, acredito que esse foi o maior passo que a Anvisa deu no seu contexto histórico de existência, sem flexibilizar a saúde. Isto é importante, não é deixar de exigir regras de segurança, é simplesmente conduzir uma orientação adequada para que os pequenos possam também gerar emprego e renda nos pequenos municípios, e principalmente garantir a manutenção do homem no campo.

Então, esse seminário acontecerá na terça-feira, dia 8 de outubro, as inscrições dos participantes começarão às 14h, o evento às 16h, terminando com uma série de demonstrações de alguns municípios.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sr. deputado Jailson Lima, agradeço o espaço, quero parabenizá-lo pelo discurso. Mais uma vez estamos vivendo o problema das enchentes, agora também com a ocorrência de granizo em muitos municípios de Santa Catarina. Mais uma vez o nosso estado está sendo castigado. Vamos apoiar os nossos municípios, muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Acho importante fazer esse registro.

Vou deixar um minuto para o próximo deputado inscrito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença de várias lideranças do município de Águas Frias, oeste do estado, que estão nos prestigiando hoje. O prefeito Danilo Daga, o Neuri Alberto Fontana, o Geraldo Piovezan, o vereador Lauro Gonçalves da Silva, e também acompanhando a caravana o motorista Luiz Scramin. Desejo a todos boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público presente na tarde desta terça-feira, quero, especialmente, cumprimentar os agentes de trânsito que estão aqui marcando o dia nacional desta categoria geralmente tão criticada e que está aqui com a presença de agentes de cerca de dez cidades catarinenses, justamente para ser lembrada a importância da sua atividade nas nossas cidades. Especialmente numa situação em que a mobilidade urbana é cada vez mais um drama do conjunto da sociedade, com certeza ser agente de trânsito é uma das atividades mais cansativas e estressantes para o trabalhador ou trabalhadora que a desenvolvem, assim como também é cada vez mais necessária para a sociedade.

Gostaríamos de parabenizar todos vocês pelo seu dia e dizer que o nosso mandato está à disposição, dentro daquilo que for possível, evidentemente, nas nossas limitações especialmente legais e que muitas vezes impedem o deputado de fazer mais aqui neste Parlamento estadual.

Queremos fazer referência também à carta que recebemos do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região e ler o seu conteúdo na íntegra.

(Passa a ler.)

[...]

"Sr. Sargento Amauri Soares

Nesta

Como é de vosso conhecimento, em decorrência do processo de incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) pelo Banco do Brasil (BB) em outubro de 2008, foi firmado Contrato de Prestação de Serviços n. 015/2007 entre o banco e o Governo do Estado de Santa Catarina. A Cláusula Décima Sexta obriga o BB a manter o banco em funcionamento em todas as localidades em que o BESC estivesse presente, nos 293 municípios de Santa Catarina, e o governo a manter a conta única e a folha de pagamento dos servidores no Banco do Brasil.

Encerrado o prazo de cinco anos de vigência do referido contrato, prorrogado de 05 de outubro de 2012 para 05 de outubro de 2013, o Banco do Brasil S.A. terá a prerrogativa de desativar, ou não, agências e postos de serviço.

Diante dessa hipótese, solicitamos que o deputado interceda junto ao Governo do Estado e ao Banco do Brasil S.A. com intuito de evitar o fechamento de quase uma centena de unidades bancárias, uma vez que isso poderia criar dificuldades para milhares de aposentados, pensionistas, agricultores e pequenos empresários que ficariam sem seu agente financeiro local. O fechamento acarretará também perda de empregos diretos e indiretos e de recursos para a economia de nosso Estado.

Maiores informações podem ser obtidas junto ao nosso Sindicato.

Atenciosamente,

(a) Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região" [sic]

Temos debatido com o representante do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários há algum tempo e, inclusive, na semana passada tomamos a iniciativa de encaminhar aos 295 prefeitos - na época do contrato eram 293 - e aos 295 presidentes de Câmaras de Vereadores falando desse assunto, dessa possibilidade.

Não queremos alarmar nem dizer que vai ser fechado. No entanto, o contrato terminará na semana que vem, no dia 5 de outubro, e o Banco do Brasil tem autoridade, inclusive, para tomar a iniciativa no sentido de fechar as agências que considerar por ele, banco, que não interessam mais ao Banco do Brasil.

É preciso, portanto, que os prefeitos, os vereadores e as organizações da sociedade civil busquem dialogar com o Banco do Brasil aqui no estado de Santa Catarina e com o governo do estado justamente para se prevenir contra essa possibilidade que, com certeza, prejudicaria econômica e socialmente a sociedade catarinense.

Uma das virtudes de Santa Catarina ter tido um banco BESC, foi justamente ter uma agência à disposição de cada município. Esse foi um dos elementos que potencializou esse desenvolvimento mais regionalizado do estado de Santa Catarina em comparação com outros estados da federação que têm uma grande capital e algumas outras poucas cidades. Resume-se a praticamente isso.

Em Santa Catarina temos um desenvolvimento menos desproporcional, embora com muitas diferenças, mas menos desproporcional. E o BESC foi um dos elementos, financeiro e econômico, que garantiram a circulação de riquezas lá na região onde ela é produzida.

Portanto, tomamos essa preocupação dos bancários como sendo uma preocupação da sociedade catarinense. Trabalha-se no sentido de que o governo de Santa Catarina, o governador Raimundo Colombo, todo o seu *staff* e suas secretarias, assim como a gerência do Banco do Brasil aqui no estado de Santa Catarina, digam alguma coisa à sociedade no sentido de tranquilizá-la a esse respeito porque o silêncio já é preocupante e que

se tenha uma posição, se defina pela manutenção das agências, todas elas. Com certeza, elas são importantes para o nosso estado e cada uma das cidades catarinenses.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pela abordagem.

Também recebi no gabinete o Zé Carlos, O Moacir e o Milano, todos do sindicato dos bancários, tratando da importância de que haja essa contrapartida da permanência dessas agências. É o caso que vimos na CPI da Telefonia, que abre a licitação para os conglomerados humanos, mas nas áreas rurais e tal, não se exige uma contrapartida.

Então, é importante que haja essa contrapartida pelo que o banco representa para os pequenos municípios.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Nesse sentido, quero dizer que temos a maioria das cidades catarinenses com menos de 10 mil habitantes. Se pegarmos as cidades com até cinco mil habitantes, teremos mais de 100 cidades. Então, as cidades pequenas são a maioria. E se isso não está sendo discutido, se não há essa preocupação, é preciso que se torne público o conteúdo dessa nova negociação que está sendo realizada entre o governo do estado e o Banco do Brasil. Mas se permanecer esse silêncio e daqui a pouco, pouco a pouco, agências começarem a ser desativadas, não resta a menor dúvida de que aquele município que perder a sua agência bancária vai começar a ficar ainda mais pobre do ponto de vista econômico. Porque todas as negociações, inclusive, recebimento de salários, de pensão, de aposentadoria, passarão a ser feitas na cidade ao lado, na cidade maior. Daí acaba que o comércio local será esvaziado, terá problemas, inclusive, de fechamento de outros estabelecimentos comerciais, caso o Banco do Brasil, a agência

bancária - nas pequenas cidades é a única - venha a ser fechada.

Então, estamos falando de desenvolvimento regional, da necessidade, sim, de manter os empregos e o trabalho. Mas, acima de tudo, é necessário, fundamental que essas agências continuem lá nessas pequenas cidades, porque é a forma de garantir as negociações e a movimentação financeira da produção agrícola de cada ano, o recebimento de salário, o recebimento do pagamento pela produção agrícola. Evidentemente, é a principal fonte de renda, a principal fonte de crescimento econômico para os municípios os negócios serem realizados na própria cidade. É uma necessidade à manutenção, pelo menos, do nível de descentralização econômica e financeira da sociedade catarinense que nenhuma agência seja fechada. E que nenhuma cidade do estado de Santa Catarina fique sem o banco, muito embora o contrato tenha um prazo de prorrogação e esse é o problema, estamos chegando ao final do prazo.

É fundamental que trabalhemos todos nós, deputados, todos os vereadores, todos os prefeitos das cidades de Santa Catarina e o governador do estado junto ao Banco do Brasil, para que nenhuma agência seja fechada, para que nenhuma cidade de Santa Catarina fique sem a sua agência bancária do antigo BESC, hoje, Banco do Brasil.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Carlos Chiodini, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, cidadãos que nos acompanham aqui no plenário da Alesc, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc.

É com satisfação que ocupo novamente a tribuna no dia de hoje para discorrer brevemente sobre um projeto de minha autoria e que reaplica, no estado

de Santa Catarina, uma política pública há pouco contemplada ou criada pelo Executivo federal, que trata ou institui, no âmbito estadual, o Estatuto da Juventude.

Um projeto, a exemplo do nacional, evidentemente, que busca disciplinar os direitos e os deveres dos nossos jovens perante a sociedade. Sem entrar em conflito com o já existente Estatuto da Criança e do Adolescente, o famoso ECA, aprovado na Lei n. 8069, de 12 de junho de 1990.

Reconhecemos também, porque acaba tendo um conflito, entre aspas, ou uma coincidência, melhor dizendo, de faixa etária, que são considerados para ascensão à política de juventude os jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos.

Segundo o censo de 2010 do IBGE, existe em Santa Catarina 1.7 milhão de pessoas nesta faixa etária, praticamente 1/3 da nossa população, estimada pelo mesmo censo em 6.6 milhões de habitantes.

Nossos jovens precisam hoje muito mais que saúde, segurança, educação de qualidade. Precisam garantias para várias outras demandas e necessidades. Como fiz questão de frisar na justificativa do projeto, partindo do pressuposto de uma vida digna, o jovem merece o direito à cultura, ao trabalho, ao lazer, à cidadania, à informação, entre outras coisas.

Esse projeto também prevê respeito à dignidade e à autonomia dos jovens, rechaça a discriminação, pede respeito às diferenças e principalmente a igualdade de oportunidades.

O Estatuto da Juventude prega a garantia do desenvolvimento das ações conjuntas entre o estado, o município e a própria sociedade organizada, de modo a garantir mais espaço aos jovens nos espaços propriamente decisórios.

Sugere-se também a regionalização de políticas públicas de juventude, de modo a garantir maior inclusão social aos nossos jovens. Direito à educação, à profissionalização, ao trabalho e à renda, à igualdade sem discriminação de etnia, raça, idade, sexo ou religião. Direito à saúde integral de qualidade, à cultura, à comunicação,

Foi o primeiro texto, e vale citar, elogiando a política nacional do governo federal que criou essa lei, foi a primeira legislação brasileira que deixa claro o direito de acesso à comunicação e à liberdade de expressão. Direito a lazer, ao desporto, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Entendo que essa criação da política pública nacional, e nós tentamos reaplicá-la aqui, surge como uma demonstração de estar atento ao momento que o nosso país vive, buscando uma divisão mais equânime e democrática de todos os espaços.

É nesse contexto que propomos a redução dos preços públicos para as viagens intermunicipais, ingressos para espetáculos culturais e esportivos, abrindo um caminho para ampliar o debate em relação a um pacto pela melhoria da mobilidade urbana, o acesso universal à cidade como direito individual.

Pretendemos, assim, garantir a formação de cidadãos dignos, cultos, íntegros, respeitosos e interessados em participar de forma produtiva na formação deste estado. A juventude precisa saber que merece a nossa atenção e um maior e melhor acolhimento da sociedade da qual faz parte.

Sem me afastar do tema, preparar um futuro mais sustentável para o nosso jovem passa, prioritariamente, por obras de prevenção e planos de gerenciamento de riscos. E aproveito esse momento para enaltecer o esforço feito por esta Casa no sentido de autorizar, por intermédio do Projeto de Lei n. 0309/2013, o Executivo a contratar operação de crédito de grandes valores para obras de prevenção a desastres naturais na região do vale e alto vale do Itajaí, que esta semana ainda sofre com acontecimentos recentes.

Para finalizar, solicito o apoio de v.exas. para uma análise criteriosa em conjunto com o projeto de origem governamental que cria o Conselho Estadual da Juventude para que Santa Catarina, que ainda é um dos dois estados brasileiros que não tem esse conselho formalizado, possa ter e instituir a sua política pública de

fato, aos moldes da política nacional do Estatuto da Juventude.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, é com satisfação que voltamos a assomar à tribuna desta Casa para enaltecer o trabalho realizado nas últimas semanas, principalmente na última semana, na região do vale do Itajaí, relativo às catástrofes que mais uma vez abateram aquela região, a chuva torrencial que ocorreu em Rio do Sul, atingindo toda aquela região.

Nós, que representamos a região do alto vale, estamos solidários à população atingida por esse desastre. Fizemos muitas reivindicações junto ao governo do estado, através do sr. governador, no que se refere a tirarmos do papel todos os projetos contratados na época do governo Luiz Henrique da Silveira, do grupo Jica. Felizmente, já estamos evoluindo para a contratação dos projetos, e logo para a contratação das obras que visam minimizar o efeito da lâmina de água dos municípios abaixo das barragens de Taió, Ituporanga e José Boiteux.

Quero também fazer um registro importante do quão eficaz foi a atuação da Defesa Civil de Santa Catarina e dos municípios, em especial de Rio do Sul. E podemos dizer que, por uma prevenção através de informação antecipada, praticamente todas as pessoas que moram nas áreas alagadiças tiveram tempo para salvar o patrimônio que são seus utensílios domésticos. Foi feito um trabalho muito forte através dos meios de comunicação da região e do estado. E, logicamente, essas informações chegaram ao cidadão.

Evidentemente, nós, que moramos naquela região, estamos sujeitos à recorrência desses fatos, mas não tínhamos a cultura da prevenção. E agora, em 2013, demonstrou-se que as informações

oficiais foram absorvidas pela comunidade. A comunidade, com o auxílio público ou sem, procurou proteger o seu patrimônio, tanto no âmbito da indústria, do comércio e das residências daquela região. Mas, definitivamente, se nós não tivéssemos uma Defesa Civil qualificada, se não tivéssemos a preocupação do governo do estado em qualificar as defesas civis dos municípios...

Nós ainda não estamos sentindo o reflexo de todas as obras inseridas no Pacto por Santa Catarina, até porque você que está me ouvindo sabe que para se licitar obras no valor de R\$ 600 milhões, seja na elevação de barragens, na construção de novas barragens ou na construção de diques, demanda, inicialmente, de um projeto e da fase ambiental. A partir desses dois componentes, do projeto e da questão ambiental equacionada, passa para o certame licitatório. O certame licitatório é aberto para o Brasil, para o mundo. Às vezes, uma empresa sente-se prejudicada e impetra um mandado de segurança contra a vencedora, e temos que ir devagar para vencer essas burocracias que a lei nos impõe.

Mas o que importa, e isso que é determinante, é que a comunidade já está tendo a consciência da prevenção, do que fazer quando notificada pelas autoridades, através dos meios de comunicação. Elas estão se autoprotégendo, e através dessa consciência da preservação é que vamos aguardar baixar as águas e fazer toda a recuperação das vias públicas, dos prédios públicos, ajudar na recuperação às residências. Mas de qualquer forma, o efeito da enchente de 2013 é bem menor em termos de perda de patrimônio dos nossos cidadãos do que a de 2011.

E na condição de deputado estadual, sr. presidente, estou apresentando uma indicação, neste momento, ao ministério do Trabalho para que, como em 2011, faça a liberação do Fundo de Garantia para todos os 70 municípios atingidos pela enchente no estado e, logicamente, que regulamente essa liberação através dos procedimentos habituais usados no estado e no Brasil.

Então, na condição de deputado estadual, entendo que temos que provocar ou instigar as autoridades nacionais que façam os devidos encaminhamentos no sentido de que chegue até a comunidade que precisa. E a primeira providência que estamos tomando, hoje, é pedir a liberação do Fundo de Garantia para todos os atingidos.

Antes de finalizar, sr. presidente, gostaria de cumprimentar todos os agentes da Guarda Municipal que se fazem presentes...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, na sequência da intervenção do deputado Aldo Schneider a respeito da situação do alto vale com relação às enchentes, é importante dizer que a população no momento desta enchente, quando subia um, dois metros, já estava esvaziando as suas casas, tanto que sexta-feira a grande maioria das pessoas havia se prevenido, em decorrência da gravidade do que ocorreu em 2011 pela falta de informação em tempo hábil.

Falei há pouco sobre a questão dos recursos federais, dos investimentos em Santa Catarina por parte do governo federal. E abordei a postura crítica da imprensa no que tange ao comportamento do governo federal em relação a essas enchentes.

Pela primeira vez na história deste Brasil, ou como dizia o Lula, nunca antes na história desse país o governo tinha se pautado em promover ações preventivas efetivas em relação à questão das cheias, enchentes e granizo, enfim, situações de calamidade. E pela primeira vez tivemos uma ação efetiva, pois, em 2008, no governo Lula, tivemos uma série de ações em decorrência das calamidades no estado de Santa Catarina. Mas, em 2011, a presidente Dilma Rousseff tomou isso como

prioridade no Brasil. E dos empréstimos que estão sendo feitos nos estados, apenas dois estados foram contemplados, sendo quatro projetos para Santa Catarina e um para Pernambuco em relação às enchentes.

E por que Santa Catarina? Em decorrência da gravidade que tivemos aqui. Em 2008 a questão de Blumenau, por exemplo, onde tivemos aqueles desmoronamentos de morros e vários óbitos. Mas, para termos uma noção dos investimentos federais é importante registrar que dos convênios realizados de R\$ 1.564 bilhões, R\$ 264 milhões já foram liberados e investidos em Santa Catarina.

Também temos aqui que dos R\$ 871 mil da secretaria de Infraestrutura Hídrica, secretaria de Recursos Hídricos, R\$ 850 mil foram liberados; do ministério da Integração, da secretaria de Defesa Civil, dos R\$ 10.584.600,00 milhões foram liberados R\$ 9.526.140,00; dos R\$ 760.204.711,26, foram liberados R\$ 188.690.655,30 do Ministério da Integração, e dos R\$ 782.400.000,00 foram liberados R\$ 60.550.000,00 do PAC para Santa Catarina para essa área de contenção.

Ainda é importante registrar que das obras importantes para Santa Catarina tinha R\$ 110 milhões para melhorias no rio Taió, as quais são: alargamento da calha e reconstrução de pontes. Porém, sabemos que são obras pontuais e que demoram um pouco mais, pois não se faz do dia para noite.

Também investimentos na barragem do rio Itajaí-Mirim de R\$ 95 milhões, com repercussão nos municípios de Botuverá, Brusque e Itajaí.

O sistema de monitoramento e alerta com um investimento de R\$ 25 milhões, deputado Maurício Eskudlark, num evento que aconteceu em Rio do Sul, para o qual todos os prefeitos foram convidados. No encontro dos rios, deputada Ana Paula Lima, um grande seminário, quando assumiu o atual secretário da Defesa Civil, os recursos foram liberados e até hoje o sistema de monitoramento não está em funcionamento, continua o sistema de informação Epagri e Ciram. E a população antenou-se e escuta muito Ronaldo Coutinho, pois se for

acompanhar as informações da imprensa de Rio do Sul, verá que a Defesa civil também deixou a desejar nas informações.

Digo isso porque estava presente na reunião que aconteceu no sábado à tarde no hospital regional. Importante que não houve gravidade de perdas e danos materiais às famílias. E logisticamente quero parabenizar a Defesa Civil de Rio do Sul, o prefeito, sr. Garibaldi Antônio Ayroso. Teve a contribuição da Defesa Civil do estado, sim, porém, criou-se uma logística de atendimento que na outra vez não foi possível.

Também temos as novas barragens do Alto Vale. São R\$ 119,7 milhões para as barragens de Taió e Ituporanga. Sabemos que essas grandes obras muitas vezes passam por processos judiciais, como já foi noticiado aqui pelo deputado Aldo Schneider. Houve processo judicial na Barragem de Taió. Por quê? Porque o edital de licitação não era um edital claro. O edital de licitação tinha restrições à participação de conjuntos de empresas. E uma empresa de Ituporanga chamada Salver, que tem condições de fazer, entrou com ação judicial e o juiz trancou a licitação da obra. Na sequência, foi feito o edital de licitação em Ituporanga com edital igual. A empresa de Ituporanga conseguiu se inscrever com autorização judicial, e agora esperamos que isso seja resolvido, e temos que ter tempo, porque após ser licitada a obra, sabemos que deverá demandar algo em torno de um ano e meio, enfim, dois anos para ser executada.

É importante ressaltar que grande parte dos recursos federais foi liberada para Santa Catarina, e aí quero citar alguns dados:

(Passa a ler.)

"No orçamento de 2013 foram disponibilizados R\$ 4,1 milhões para a execução de obras de interesse da Defesa Civil - Deinfra. Até o momento foram empenhados apenas R\$ 6,8 mil de R\$ 4,1 milhões colocados à disposição.

Para o Fundo Estadual da Defesa Civil (FEDC), em 2013, estão orçados R\$ 50,7 milhões. Até o momento foram investidos R\$ 15,2 milhões."

Eu pergunto por que não foi gasto o restante em obras nesse estado?

"No orçamento de 2012 foram disponibilizados R\$ 7,1 milhões para a execução de obras de interesse da Defesa Civil - Deinfra. No entanto, os recursos não foram utilizados. Nada foi utilizado!

Em 2012 o FEDC dispunha de um orçamento de R\$ 32,9 milhões. Entretanto, apenas R\$ 15,6 milhões foram empenhados, ou seja, 47,4%".

Portanto, temos um rol de recursos disponibilizados para o estado, deputado Neodi Saretta, e o nosso estado não usou.

Vou fazer a minha conclusão dizendo o seguinte: o estado que tenha mais eficiência, a Defesa Civil que tenha mais agilidade, e que façam essas obras andarem. Que façam os investimentos necessários, que gastem os recursos adequadamente, permitindo que mais problemas como esses não venham a acontecer, porque nada impede que ano que vem se volte a ter outro quadro cíclico desse ou daqui dois anos novamente.

Então, é importante esclarecer ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje pela manhã, neste plenário, tivemos uma audiência pública sobre questões da área da saúde, com a comissão da Saúde desta Casa, que é presidida pelo eminente deputado Volnei Morastoni. Foram discutidas questões básicas como hospitais que recebem volumes menores de recursos do que a necessidade. O próprio governador Raimundo Colombo fez um estudo básico do que o estado gastou nos

últimos anos, e o que arrecada na hora que preenche, encaminha as AIHs para o ministério da Saúde, enfim, o que gasta e o que recebe.

No ano passado o governo do estado recebeu do ministério da Saúde em média R\$ 140 milhões pelas AIHs, pelos atendimentos que fez nos hospitais públicos do estado. Em compensação, o governo gastou para fazer o atendimento R\$ 750 milhões. Vejo o deputado Silvio Dreveck, fazendo a conta. O valor pago foi cinco vezes menor do que o governo do estado gastou.

Ou seja, o que o ministério pagou por um atendimento corresponde a 20% do que de fato custou. O ministério teria que ter pagado cinco vezes mais por cada atendimento em média para poder empatar com aquilo que o governo do estado gastou.

Aqui no estado quem banca a diferença é o Tesouro do Estado. Os outros 180 hospitais que são atendidos pela rede filantrópica, e que correspondem a mais de 70% dos atendimentos, recebem apenas aquele valor da AIH que eu estou dizendo que corresponde a 20% do que o estado gasta, mas como o custo feito por entidades particulares ou filantrópicas é mais barato, certamente se multiplicasse por 2,5 ou por três seria o suficiente para cobrir a conta.

E também é notório que em 1997, e já se vão 17 anos, foi a última vez que houve uma adequação na tabela de procedimentos tanto por parte dos hospitais quanto por parte dos honorários médicos.

Mas eu trago aqui o *Dário Catarinense* de hoje que, na parte de economia, diz:

(Passa a ler.)

"Impostos

Arrecadação federal bate recorde no mês de agosto"

Tenho aqui o levantamento que o jornal fez de 2003 até agora, nos últimos dez anos. Estamos dizendo que desde 1997 o SUS não corrige a tabela dos procedimentos médicos nem dos procedimentos pagos para os hospitais, e que a saúde está esse caos justamente por conta da insuficiência de repasse de pagamento.

Os hospitais públicos pegam o dinheiro do Tesouro - e o governador tem que pegar o dinheiro do Tesouro do estado - e os hospitais particulares e filantrópicos, beneficentes, ou fecham o hospital, ou diminuem a qualidade do atendimento, ou fazem rifas, ou fazem coleta na igreja, ou fazem jantares beneficentes, ou fazem qualquer coisa para emocionar as pessoas para pagar mais um pouco, apesar do imposto.

Então, em 2003, no mês de agosto, o governo federal arrecadou R\$ 19 bilhões; em 2004 R\$ 25 bilhões; em 2005 R\$ 38 bilhões - e agora vou pular de dois em dois anos -; em 2007 R\$ 48 bilhões, em 2009 R\$ 52 bilhões; em 2011 R\$ 74 bilhões; e em 2013 R\$ 83 bilhões. Se nós multiplicarmos isto por doze, que é a arrecadação... E em alguns meses arrecada-se um pouco mais e em outros um pouco menos, mas a arrecadação federal ultrapassa o trilhão.

Então, no mês de agosto, a arrecadação do governo federal passou de 19 bilhões, em 2003, e para R\$ 83 bilhões em 2013, agora, dez anos depois. E a finalidade de recolhermos impostos é para virar serviço, benfeitoria para as pessoas. Não adianta somente arrecadar impostos. Eles têm que virar um benefício. E um dos benefícios que são indispensáveis a todos é justamente o serviço de saúde.

Diante de todas essas afirmações que estamos colocando, infelizmente o governo federal não tem correspondido com a arrecadação no que tange ao serviço de saúde. E certamente não tem correspondido na questão da educação. Até porque nós aumentamos 400%. Nós multiplicamos a arrecadação por quatro vezes. De 19, quase 20, passamos para 83 bilhões.

Seria a mesma coisa dizer aqui que o procedimento hospitalar que era feito em 2003, pelo valor de R\$ 20,00 agora teria que pagar R\$ 83,00. Só que aquilo que era pago há dez anos, R\$ 20,00, continua sendo pago agora. O mesmo valor! É nesse reajuste que estamos insistindo, e o reajuste que se quer é em cima do valor da arrecadação.

A PEC da saúde, que destinaria 10% da arrecadação, corresponderia, imagine, a 10% de um trilhão de reais da arrecadação. Então, seria um valor satisfatório, iria fazer uma diferença para melhor na questão da saúde.

Apresentei os números que deveriam corresponder com os serviços, principalmente na saúde que...

(Discurso interrompido pelo termino do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário destinados aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PPS.

(Pausa)

Na ausência de representante do PPS, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quem nos acompanha nesta sessão.

Quero abordar na tarde de hoje o debate que foi realizado hoje, pela manhã, aqui mesmo neste plenário, com a comissão de Saúde, por requerimento da deputada Ana Paula Lima, para falar do Serviço Móvel de Urgência - SAMU, e do contrato de gestão que o governo do estado tem com a sociedade paulista para o desenvolvimento da medicina. Não é para o desenvolvimento da saúde, é para o desenvolvimento da medicina.

Estiveram aqui presentes representantes da própria empresa SPDM. Aliás, quando falo em empresa, é porque é assim mesmo que eles fazem questão de serem chamados. A princípio, uma entidade filantrópica, do ponto de vista jurídico, mas que os próprios diretores fazem questão de falar nossa empresa. Isso de forma reiterada. Inclusive, nos trouxeram um caderno e um *folder* bastante generoso, em termos de qualidade de papel e de qualidade gráfica, falando das glórias desta empresa, a SPDM, que em Santa Catarina já administra com dinheiro público o serviço móvel de

urgência, o SAMU, e também o Hospital Regional de Araranguá. E acabou de vencer, deputado Padre Pedro Baldissera, o edital de privatização do Hospital Florianópolis, fechado há quatro anos.

Uma das mágicas que governo e essas empresas, ou entidades filantrópicas, encontram para dizer que o serviço deles é de excelência é, inclusive, usar dinheiro público. Por certo, se é sem fins lucrativos, isso aqui vem de algum lugar. Usar dinheiro público para fazer propagandas da empresa com esta generosidade! Recursos que evidentemente as instituições públicas não têm para esse tipo de coisa. Mas um dos argumentos é que eles cumprem os contratos, as metas estabelecidas nos contratos. E se formos averiguar e acompanhar mais de perto, chegamos à conclusão evidente e clara de que as metas são absolutamente infames, ridículas.

Por exemplo, o Hospital Florianópolis. A meta estabelecida no contrato, e o contrato que a SPDM ganhou é com meta de um mês, é mais ou menos o que o hospital fazia em uma semana há quatro anos quando ainda estava aberto como uma instituição pública, como hospital geral.

E aí a partir do momento que a organização social, neste caso a empresa SPDM, cumpre a meta, já recebe todo o valor estipulado no contrato. Aliás, até 15% a menos também recebe o valor estipulado. E aquilo que fez a mais fica passível de um *plus*, de um incremento, já que fez mais do que a meta.

Só que a meta é ridícula diante daquilo que os hospitais públicos fazem com a precariedade que têm, com goteiras caindo dentro dos hospitais, com servidores cansados, com falta de servidores os hospitais fazem muito mais. Os hospitais públicos, os servidores públicos fazem muito mais do que as metas que são estabelecidas.

Mas queria abordar ainda um documento que recebemos ontem do Tribunal de Contas do Estado em resposta a uma representação que o nosso mandato fez, no ano passado, a respeito de um edital de licitação do SAMU.

O relatório do conselheiro César Filomeno Fontes, que foi discutido no plenário do Tribunal

de Contas aqui do estado, dentre outras coisas, afirma o seguinte: reconhece a representação, e no mérito considera procedente. Em seguida considera irregular com fundamento no art. 36, parágrafo segundo, alínea "a", da Lei Complementar n. 202, o concurso de projeto SPG - Secretaria de Estado da Saúde n. 001/2012, bem como os atos e contratos dele decorrentes. Então, o Tribunal de Contas do nosso estado também está dizendo que aquele edital foi irregular e que foram irregulares todos os atos decorrentes do edital.

Quero registrar a importância do Tribunal de Contas do Estado cumprir o seu papel de averiguar à luz da lei - eu que tenho feito críticas outras vezes - que o processo de licitação para a privatização do SAMU no estado de Santa Catarina foi irregular, e que todos os atos posteriores ao edital também são irregulares e que, portanto, o estado de Santa Catarina tem que cancelar, encerrar, suspender o contrato com a SPDM.

Tem que deixar de privatizar, desistir de privatizar o serviço móvel de urgência. E, evidentemente, se essa regra vale para o serviço móvel de urgência, precisa ser levado em consideração também com relação ao Hospital Florianópolis e ao Hospital Regional de Araranguá.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera.

Antes de falar em nome da bancada, vou me ater ao nosso município de São Bento do Sul. Mas quero aqui, de modo especial, inicialmente, saudar todos os agentes de trânsito, especialmente os que vêm de longe, os que vieram de São Bento do Sul, da minha cidade. Muito obrigado pela presença de

todos e parabéns pela atividade que exercem nos respectivos municípios.

E por falar em município, deputado presidente, o nosso município de São Bento do Sul, que v.exa. conhece bem, não tanto quanto alguns companheiros que por lá tem estado com mais frequência, completou 140 anos de existência no dia de ontem. Esse município tem aproximadamente 80 mil habitantes e aproximadamente 60 mil eleitores.

Localiza-se no planalto norte e nordeste de Santa Catarina, a 250km da nossa belíssima capital, Florianópolis, a 60km de Joinville, a 54km de Jaraguá do Sul, a 100km de Curitiba, e a 60km do município de Mafra, que faz o entroncamento com a BR-116, e é um município referência, como eu disse, no planalto norte/nordeste de Santa Catarina.

Destaca-se por várias razões. É uma comunidade que mantém suas tradições culturais. Foi iniciada por imigrantes germânicos, italianos, poloneses austríacos, tchecos, dentre outros. Hoje há uma miscigenação de várias etnias por conta do seu desenvolvimento. O município mantém as tradições culturais, a música, o folclore, a gastronomia, a arquitetura.

A sua população possui grande espírito de empreendedorismo, tanto é que São Bento do Sul se destaca por seu potencial industrial. A sua economia é muito forte na indústria. Destacando-se o setor metalúrgico, fiação, móveis, têxtil. Lá está situada a maior empresa da América do Sul, que produz produtos de higiene e limpeza. Há uma atividade muito forte no comércio, na prestação de serviços. Há uma agricultura menor, mas de qualidade.

Como disse, há um espírito empreendedor na comunidade e por isso vemos esse destaque em diversas atividades. Assim, São Bento do Sul é referência no planalto, no norte e nordeste de Santa Catarina. Além disso, destaca-se no cenário nacional.

Outro destaque está na criação de oportunidades de trabalho através da educação. Lá, escolas técnicas, profissionalizantes estão se

concretizando, há três universidades. Está em fase de instalação também o Instituto Federal de Educação, que terá cursos técnicos, de graduação e até pós-graduação futuramente. Iniciou-se com a Fetep - Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa -, que permitiu atrair e fomentar as atividades no conhecimento e na educação.

Portanto, é importante destacar o empreendedorismo, os investimentos tanto no setor público, ou seja, dos governos federal, estadual e municipal, como do setor privado que nunca deixou de contribuir para esse desenvolvimento para que se criassem oportunidades no que diz respeito às pessoas e, ao mesmo tempo, agregando valores extraordinários para o desenvolvimento dos empreendimentos que lá foram realizados ao longo da história.

Por isso, queremos deixar o nosso reconhecimento, através da Assembleia Legislativa, através da Bancada Progressista e, certamente, em nome de todos os deputados e deputadas desta Casa, o nosso cumprimento ao município de São Bento do Sul pelos 140 anos de existência e, acima de tudo, nosso cumprimento a todos os munícipes, um povo trabalhador e ordeiro, que tem feito a diferença naquele município pujante, que dá uma contribuição para Santa Catarina e para o Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAl.

Quero saudar de maneira efusiva, especial, o grande número de agentes de trânsito do estado que se fazem presentes nesta tarde no Parlamento. Temos agentes das cidades de Gaspar, Blumenau, Joinville, Criciúma, São Bento do Sul, Itapema,

Brusque. Ao todo são, aproximadamente, 600 agentes de trânsito.

Eles estão presentes aqui, nesta tarde, para fazer uso da palavra, conforme anuência dos líderes desta Casa, pela comemoração do Dia Nacional dos Agentes de Trânsito, 23 de setembro.

Senhor presidente, dei entrada a um projeto de lei propondo que seja instituído, este mesmo dia, como Dia Estadual dos Agentes de Trânsito do Estado de Santa Catarina, juntamente com o dia nacional instituído pela Lei n. 12.821, de 6 de junho de 2013, e com as comemorações da Semana Nacional do Trânsito.

Portanto, a presença dos senhores e das senhoras, aqui, servidores públicos, agentes, reverte-se da maior importância. Com certeza, esse projeto de lei deverá tramitar rapidamente e ainda este ano vamos poder comemorar o Dia Estadual do Trânsito, dia 23 de setembro.

Senhor presidente, participei da assembleia geral dos agentes de trânsito há poucos dias, na cidade de Gaspar. Lá estavam presentes, aproximadamente, 100 agentes de trânsito de todo o estado, inclusive, de Chapecó, terra da deputada Luciane Carminatti. E nessa assembleia foi criado o sindicato dos Agentes de Trânsito de Santa Catarina. Eles estão providenciando toda a documentação e fizeram uma assembleia bem organizada, bem representativa.

Temos como presidente do sindicato, o Sindatran, o sr. Silva; a diretora administrativa, sra. Tatiane e a diretora financeira, sra. Matilde e os demais membros da diretoria. Com a criação desse sindicato temos a convicção de que iremos conseguir o código, a carta sindical em Brasília, pois já levei o sr. Silva ao ministério do Trabalho, tratamos com a dra. Angélica da documentação para encaminhar o pedido desse código sindical e, certamente, iremos conseguir.

Assim, com a criação e organização desse sindicato, bem como com a organização efetiva dos agentes de Santa Catarina, temos a convicção de que poderemos trabalhar na qualificação desses profissionais, a qual é fundamental num plano de

carreira para essa categoria. E, sobretudo, fazer contato com os deputados federais em Brasília, o que já está sendo feito através dos agentes, para que a PEC n. 55 possa ser aprovada e com isso tenhamos a regulamentação da profissão dos agentes de trânsito no Brasil.

Hoje, pela manhã, tivemos um seminário sobre mobilidade na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, que é presidida pelo deputado Reno Caramori. Sabemos que o grande calcanhar de Aquiles das gestões públicas é realmente a mobilidade urbana e os grandes centros estão congestionados, o Brasil e o mundo estão congestionados. Então, esse é um grande desafio e nesse contexto, para melhorar a mobilidade urbana, precisamos de grandes investimentos na área de infraestrutura, no transporte aéreo, hidroviário, coletivo, mas não podemos esquecer que para melhorar a mobilidade urbana, a vida das pessoas, precisamos do trabalho educativo dos nossos agentes de trânsito.

Enquanto vocês organizam, orientam o trânsito, dão condições para os policiais militares efetivamente atuarem nas periferias das cidades coibindo a criminalidade, ou seja, os agentes liberam os policiais que muitas vezes acabam fazendo o trabalho do trânsito em nossas cidades.

Portanto, sejam bem-vindos, vocês estão de parabéns e acreditamos muito no trabalho eficiente, dedicado, honesto e aguerrido dos agentes de trânsito de santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Fará uso da palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputadas.

Gostaria de fazer uma saudação especial à Guarda Municipal, ao IGP, à Polícia civil do município de Criciúma, porque nessa Semana

Nacional do Trânsito, de 16 a 25 de setembro, estão realizando eventos, orientando sobre as questões de trânsito. E todos os agentes de trânsito acompanham, presenciam os abusos, os descuidos, a intolerância, às vezes, dos motoristas. Sabemos que todos têm que agir com muita cautela, pois é um trabalho que considero de relevância e bastante estressante.

Então, essa semana em Criciúma temos a presença do sr. Almir Fernandes, que é da Cruz Vermelha, mas também agente criminalístico; encontrei agora há pouco o diretor do IGP, perito criminal, dr. Rodrigo Tasso, o IGP sempre participando desses eventos; o sr. André Marcelino, que é agente de polícia e presidente da Jari; e o guarda municipal Farias. Inclusive, vários eventos com palestras sobre trânsito e também *blitz* educativas serão realizadas nos dias 24 e 25.

Na minha cidade, na época em que os delegados de Polícia eram nomeados, não precisava ser concursado, brincávamos sobre uma entrevista que um colega deu a uma rádio dizendo: "hoje vai haver uma *blitz* surpresa para pegar os motoqueiros sem capacete!" Naquela época existia muita teimosia por parte dos motoqueiros, que não usavam capacetes.

Mas essa que irá ser realizada agora, não será uma *blitz* surpresa, será de orientação, procurando aconselhar, orientar o motorista, é um trabalho muito importante.

Portanto, quero parabenizar o Almir Fernandes, de Criciúma, um policial civil, agente do IGP, pelas campanhas e pelo trabalho que faz na região. É importante registrar esse fato e também a importância do trabalho dos agentes de trânsito. Eu defendo que a Guarda Municipal também atue armada, pois é um reforço na questão de segurança pública nos estados.

Há poucos dias tivemos, promovida pelo vereador Carlos Ely Castro, em Itajaí, uma audiência pública, que tinha como objetivo a criação da Guarda Municipal naquele município. Esse vereador é aposentado, é agente da Polícia

Federal, e defende também esse mesmo posicionamento para fortalecimento da Guarda Municipal.

Hoje também foi muito abordada nesta tribuna a questão das enchentes, a prevenção, a importância da previsão das enchentes pela Defesa Civil, pelo governo do estado, a orientação para os municípios e comunidade, e o deputado Jailson Lima, ficou muito entristecido por não ter sido citado o empenho do governo federal. Mas quero ressaltar que acompanhamos o governador Raimundo Colombo no último final de semana em todos os seus pronunciamentos, e que o nosso governo estadual faz questão de ressaltar a importância da parceria do governo federal, a preocupação da presidente Dilma Rousseff com o nosso estado, e a forma como tem aberto as portas da união e ajudado o estado catarinense. Tanto nas questões financeiras como nas questões econômicas e sociais, a nossa presidente tem sido uma grande parceira para o estado de Santa Catarina.

O governador Raimundo Colombo citou várias vezes o empenho da presidente Dilma Rousseff para a liberação da exportação da nossa carne suína para o Japão, país que não adquire de estados, só de um país. A presidente encaminhou o ministro da Indústria e Comércio ao Japão, para que ele mostrasse a importância, a qualidade do produto produzido em Santa Catarina, e que fosse possível abrir mais esse mercado para a indústria catarinense. Estamos neste momento registrando a importância da harmonia do governo federal com o nosso governo estadual.

As dificuldades que existem por conta de licitações, infelizmente é um problema que emperra o nosso país. A judicialização das licitações, para quem perde, para quem é desclassificado, e a morosidade que isso provoca para o estado, município e união, quando querem realizar alguma obra. Hoje, infelizmente, as licitações e obras se decidem mais nos tribunais do que efetivamente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0506/2013.

Srs. deputados, tendo em vista a visível falta de quórum qualificado, vamos retirar de pauta a Proposta de Emenda à Constituição n. 0002/2013.

Comunica, ainda, que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0596/2013, 0597/2013 e 0598/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0599/2013, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0600/2013 e 0611/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 0601/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0602/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0603/2013, 0604/2013, 0605/2013, 0606/2013, 0613/2013 e 0614/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0607/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0608/2013, 0609/2013 e 0610/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0612/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0615/2013, de autoria do deputado Gilmar Knaesel.

Comunica também que defere os Requerimentos n.s: 1.015/2013 e 1.016/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.018/2013, 1.019/2013, 1.020/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 1.021/2013, 1.022/2013 e 1.023/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.024/2013, 1.037/2013, 1.038/2013 e 1.039/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1.025, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.026/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.027/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 1.028/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 1.029/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 1.030/2013, 1.031/2013, 1.032/2013 e 1.033/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 1.034/2013, 1.035/2013, 1.036/2013 e 01.040/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.041/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 1.042/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero reforçar o nosso Requerimento n. 1.037/2013, que cumprimenta as atletas da equipe feminina de voleibol pela conquista, de forma invicta, do bicampeonato estadual da Olesc.

Portanto, meus cumprimentos ao time do nosso município, Saudades, ao professor Darci e a todas as atletas que vêm fazendo um belo trabalho e tendo grandes conquistas no campeonato feminino estadual da Olesc. E o time foi mais uma vez campeão invicto neste ano.

Então, quero parabenizar toda a equipe, as atletas, a coordenação e os técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Pedido de Informação n. 0092/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando, por meio do governador do estado, informações sobre o programa e os serviços de alimentação escolar nas unidades escolares.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da Ordem do Dia.

Conforme acordo das lideranças, vamos suspender a sessão para que possamos ouvir duas solicitações amparadas pelas lideranças desta Casa.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, sr. presidente, quero registrar com muita satisfação a presença, nesta Casa, do empresário e prefeito de Garuva, que é a porta de entrada do estado de Santa Catarina, sr. José Chaves, acompanhado da assessoria de imprensa e do secretário de Agricultura, que fazem um excepcional trabalho naquela cidade.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Conforme requerimento dos srs. líderes, está suspensa a sessão por até 20 minutos, para que possamos ouvir os segmentos de duas entidades.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Da mesma forma, presidente, gostaria de saudar todos que estão visitando esta Casa.

Não sei quem foi o autor da ideia de trazer esse assunto, deputado Darci de Matos, mas há muito tempo, aqui na Casa, estamos nos deparando com a necessidade de a Assembleia Legislativa, o Poder Legislativo, aderir a este processo, pois lamentavelmente Santa Catarina tem o pior índice no Brasil, em termos de acidente, principalmente com mortes, e muito pouco é possível fazer.

Consideremos as péssimas condições das estradas, a péssima sinalização, mas especialmente a questão da imprudência dos motoristas ter causado em nosso estado, não apenas as mortes, mas também sobreviventes com traumas. Eu sou uma delas, ainda estou vivo graças ao *air bag*, mas há cinco anos sofrendo consequências. Perdi minha irmã e meu cunhado também em acidente de trânsito em Santa Catarina.

Acreditamos que esse assunto deva evoluir para uma disciplina escolar. É necessário que a educação de trânsito esteja nas escolas. As

crianças devem, desde pequenas, ser orientadas sobre essa questão.

Quero parabenizar as pessoas que trabalham nesse segmento em Santa Catarina para diminuir esses índices. Parabéns a todos esses trabalhadores, aos que estão aqui presentes fazendo um alerta a todos nós, políticos, e aos catarinenses, sobre esse que é um dos grandes problemas deste estado, os acidentes.

Muito obrigado!

O Sr. deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, não podia deixar de registrar aqui - até porque, como já me manifestei, São Bento do Sul está comemorando 140 anos de existência - que a Tatiane, que acabou de falar em nome de todos, é de São Bento do Sul.

Quero cumprimentá-la. Nós, parlamentares, precisamos incentivar a educação no trânsito. Portanto, quero parabenizar todos os agentes de trânsito pela atividade que exercem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, quero cumprimentar também os agentes e as agentes de trânsito que prestam um serviço importante aos catarinenses, que vêm aqui lutar pelos seus direitos e pela qualidade de vida da população dos municípios.

Quero cumprimentar o deputado Darci de Matos, que vem movimentando e contribuindo com várias categorias deste estado.

Gostaria de frisar a importância do estado catarinense, brasileiro e dos municípios no apoio à população deste estado que mais uma vez sofre no oeste pelas graves tempestades de granizo, prejudicando a agricultura de vários municípios, e

no litoral com os problemas das enchentes. Esperamos que a participação do estado e da sociedade possa amenizar toda essa problemática.

Quero também ressaltar, sr. presidente, que recebemos, hoje, uma notícia importante do ministério de Desenvolvimento Agrário, que anuncia a entrega do restante das retroescavadeiras, em final de outubro, para os municípios. O governo federal deu um importante apoio aos municípios fornecendo retroescavadeiras, motoniveladora, patrôla e também caçamba, temos os primeiros municípios recebendo essas máquinas. Nos dias 25 e 26 de outubro, no oeste catarinense, serão entregues aos municípios restantes com a presença do ministro Pepe Vargas, para beneficiar a agricultura familiar.

Nós realizamos, ontem, a primeira audiência pública sobre o Código Florestal, no município de Pinhalzinho, com um grande número de lideranças da região, sindicalistas, cooperativistas, prefeitos, vereadores, foi uma boa audiência com muitas ideias debatidas. E amanhã vamos ter mais uma audiência pública, nesta Casa, discutindo esse tema.

Recebemos a notícia que dia 28 a ministra do Meio Ambiente estará em Porto Alegre lançando o cadastro ambiental rural, essa política tão reivindicada.

Então, vem em boa hora esse debate, sr. presidente, que estamos fazendo, através desta Casa, juntamente com a sociedade catarinense. Temos a expectativa de conseguir aprovar um bom projeto, uma boa lei que possa trazer muita tranquilidade aos nossos agricultores. Ontem, tivemos a primeira discussão, coordenada pelo deputado Mauro de Nadal, que preside a CCJ, em Pinhalzinho e Chapecó. Essa importante política construída em 15 estados brasileiros, privilegiando os municípios que possuem ações para a preservação ambiental.

Assim, estamos muito animados que Santa Catarina depois de muito tempo e décadas de debates aqui, nesta Casa, possa avançar para aprovar uma legislação adequada que valorize os

nossos municípios que têm ações concretas, que trabalharam com muita força nesses últimos anos implantando ações para o tratamento do lixo, dos resíduos sólidos, na questão das reservas ambientais federais e estaduais, na implantação do pagamento dos serviços ambientais e tantas outras políticas.

Portanto, entendemos que o ICMS Ecológico é uma grande política de incentivo de valorização aos municípios que preservam. Realizaremos um conjunto de audiências públicas, já aprovadas na CCJ. Na próxima sexta-feira estaremos no município de São Bento do Sul para debater, depois Rio do Sul, Criciúma, ouvindo os representantes das regiões, as universidades, os comitês de bacias hidrográficas, as prefeituras municipais, lideranças, vereadores e a sociedade em geral para ajudar neste debate e aprovarmos, nesta Casa, um bom projeto.

Sr. presidente, hoje pela manhã tivemos a presença do presidente da Celesc, a quem agradecemos por atender ao nosso convite, e fizemos uma boa discussão. Queremos dizer que o sr. Cleverton Sievert mostrou um bom conhecimento da empresa, mas entendemos que a gestão da Celesc precisa tomar, urgentemente, algumas iniciativas importantes na gestão da empresa. Temos, por exemplo, o acompanhamento que o Tribunal de Contas do Estado fez acerca dos contratos terceirizados com a Monreal, sobre a ampliação da terceirização. O referido órgão faz um alerta de que com a terceirização de serviços a própria empresa perde o sentido de existir como empresa pública quando na ponta, no atendimento à população, coloca serviço terceirizado em todas as áreas, seja na área das redes, na recuperação e no atendimento. E, por isso, faz uma chamada de atenção muito dura no seu Parecer n. 00421857, depois de uma auditoria nas centrais elétricas de Santa Catarina.

Além disso, vimos outras situações da falta de iniciativa da empresa para cobrar de volta o desvio de recursos da empresa Monreal. E, também, dias atrás foi novamente divulgado o problema das

notas frias da Celesc. Que gestão é essa, deputado Sargento Amauri Soares, onde diretores regionais fazem compras e apresentam notas falsas, segundo o Ministério Público? A lesão da empresa pode chegar perto de R\$ 6 milhões. Não é troco, é muito dinheiro.

E o que nós vimos é que as pessoas continuam trabalhando, como o Valdeci José Brito, lá de Rio do Sul; o Arthur da Rosa Santos, do sul do estado, e essas pessoas são as responsáveis, segundo o Ministério Público, por esse possível desvio e compra de notas frias. Então, numa gestão de empresa precisa-se de seriedade e a cobrança dos atrasados pode ser feita pelos mecanismos jurídicos, como o SPC, Serasa e outros, ao invés de contratar uma empresa terceirizada para cobrá-los. E não se cobra. Por que não se cobra? Por que cortam a energia elétrica de uma família quando ela não paga a luz? E por que não se faz isso com os empresários quando eles não pagam a energia elétrica?

Por isso, hoje encaminhamos um pedido de informação, justamente para obter informações e saber quem são os grandes devedores! Por que a Celesc tem problemas financeiros? Precisa cobrar na Justiça se alguém lesou a empresa. A empresa precisa fazer isso, e não só entregar os documentos para o Ministério Público. Ela é que foi lesada, e precisa buscar os prejuízos de volta, precisa ter mais rigor na cobrança de pessoas que não pagam energia elétrica, enfim, isso...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KULHMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. deputadas, todos que nos acompanham pela TVAL, não vou ocupar os dez minutos, mas quero fazer um registro nesta tarde. Novamente o vale do Itajaí teve problemas com as cheias no final de semana, mais uma vez

vários municípios, cerca de 50 cidades com problemas decretando estado de emergência, também ocorreram problemas de deslizamentos e alagamentos.

Fiquei surpreso com a união da população, mas ao mesmo tempo, deputado Sargento Amauri Soares, fiquei admirado com a capacidade de mobilização e organização das pessoas.

Estava presente ontem quando o governador Raimundo Colombo foi a Blumenau e deu uma entrevista coletiva, falou do trabalho que o estado vai fazer, também falou do decreto de emergência, e lá tive a oportunidade de receber o relato do comandante Júlio, que comanda o Corpo de Bombeiros em Blumenau, e me contou a situação local. Eu o questionei perguntando: Comandante, vocês estavam preparados, como foi a organização de vocês? Para minha surpresa, o comandante respondeu que os bombeiros estavam preparados, tinham viaturas, havia pessoas para ajudar, enfim, estavam totalmente organizados para atender a população, e a comunidade no caso de deslizamentos, no caso de socorrer uma casa. Eram cerca de dez viaturas, aproximadamente, pelo que o comandante relatou.

E perguntei: Comandante Júlio, quantas ocorrências os bombeiros atenderam nesse período? O comandante colocou que foram mais de 200 famílias desabrigadas em Blumenau, deputado Sargento Amauri Soares, e o número de ocorrências que o Batalhão de Corpo de Bombeiros atendeu durante as chuvas foi zero. Este é o número de famílias e pessoas que pediram socorro para o Corpo de Bombeiros de Blumenau. Foi zero! E eu me impressionei.

Por isso, estou nesta tribuna hoje, porque quero parabenizar a comunidade, parabenizar as pessoas, também os veículos de comunicação, porque foram antevendo a ocorrência de chuvas, divulgando para as pessoas como estavam acontecendo as coisas, o que iria acontecer, e as pessoas de forma muito organizada foram se mobilizando. Eu olhava na rua e via a população se organizando.

Lembrei a época em que era presidente de uma associação de moradores, quando não esperávamos pelo poder público, mas cada cidadão fazia a sua parte, ajudando o seu vizinho, ajudando a sua comunidade, ajudavam as pessoas que estavam em volta, ajudavam o próximo. Percebi o quanto o vale do Itajaí é forte, o quanto esse povo é organizado, o quanto esse povo luta, o quanto esse povo sabe se mobilizar e se organizar.

Por isso, fiz questão de ocupar hoje a tribuna, deputado Romildo Titon, para parabenizar a população do vale do Rio Itajaí, que deu demonstração de organização, demonstração de superação, e com a própria água da chuva, com a água do rio quando estava baixando, já estavam lavando as suas lojas, as suas ruas, lavando a calçada, lavando até o asfalto da via pública, mostrando o quanto esse povo do vale do Itajaí se supera.

Quero parabenizar todos que de alguma forma contribuíram, também o poder público e, principalmente, a comunidade do vale do Itajaí.

Queremos dizer que é para essas pessoas que temos que nos empenhar, srs. parlamentares, e que é para elas que estamos aqui e temos que cobrar que a Defesa Civil, o governo do estado e o governo federal façam a sua parte fazendo a elevação das barragens de Taió e de Ituporanga, construindo novas barragens no vale do Itajaí, construindo a barragem de Botuverá e fazendo obras de retificação e de melhoria do canal do rio para que justamente a água possa escoar, para que a água possa ser contida na nascente na parte onde é importante ser contida e para que realmente as pessoas estejam protegidas.

Mais uma vez, essa enchente demonstrou que o povo faz a sua parte. Mais uma vez, essa enchente mostrou que o povo do vale do Itajaí é organizado. Agora, cabe a nós, parlamentares e cabe ao governo do estado e ao governo federal continuarem com o plano de mitigação de cheias e desastres naturais no vale do Itajaí, fazendo com que essas obras do Pacto por Santa Catarina saiam realmente do papel; fazendo com que o radar meteorológico - e o

governador Raimundo Colombo já deu a ordem de serviço, já foi contratado e deve ser instalado até a metade do ano que vem e estar funcionando até lá - realmente funcione para melhorar as condições de previsibilidade; fazendo com que as obras das novas barragens e de elevação das atuais barragens realmente saiam do papel para proteger ainda mais o cidadão. Porque novamente o povo deu um exemplo para todos nós, mostrando que Santa Catarina, apesar de todos os desafios, é um orgulho para este país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, deputado Romildo Titon, colegas deputados, público que acompanha esta sessão, gostaria de pegar o gancho do meu colega e amigo, deputado Jean Kuhlmann, que fez aqui um relato importante, trazendo dados estatísticos.

Lamentavelmente, mais uma vez, passamos por problemas no vale do Itajaí, desde o alto vale, médio vale e, especialmente, na foz do rio, com as cheias que estão sempre aí atormentando-nos e trazendo, infelizmente, momentos de apreensão, tristeza e dificuldades para a nossa região. Mas sempre com a solidariedade e o espírito que o povo tem, ele consegue sair rapidamente da crise e voltar à vida normal.

Mas o deputado Jean Kuhlmann relatou muito bem as ocorrências dessa enchente e falou especialmente da questão da prevenção. O que ocorreu de diferente, deputado, foi o alerta que foi dado com antecedência à população. Por isso queremos cumprimentar todos que estão envolvidos direta e indiretamente nesse prognóstico, nessa possibilidade de antever o problema das cheias. O nosso sistema de monitoramento foi melhorado especialmente através do Cindacta, no Morro da Igreja, em Urubici, que é responsável pelas informações antecipadas. E todos os analistas e a imprensa também colaboraram.

Quero também fazer uma menção especial ao prefeito de Blumenau, Napoleão Bernardes, que esteve à frente, com toda a sua equipe, junto com o governo do estado e a Defesa Civil, liderando o processo de monitoramento e informação antecipada do alerta.

Dizia-me ainda na sexta-feira um grande amigo o seguinte: "Pelo amor de Deus, diga ao prefeito que ele não pode fazer isso. Ele está assustando a população. Olhe como há pessoas correndo aos supermercados para fazer o abastecimento! E se isso não vier a acontecer"? Eu lhe respondi que é melhor pecar pelo excesso do que errar, não passar a informação e depois haver uma tragédia.

Então, quero cumprimentar todos e também o deputado Jean Kuhlmann por ter feito aqui essa referência. Cumprimento também, é claro, o governo do estado, através da Defesa Civil, que está dando andamento ao projeto Jica, que desde 1983 e 1984 estava adormecido, infelizmente, por falta de recursos ou decisão política. Com isso agora as coisas vão acontecer, estão acontecendo. Vamos ter um alento para o vale do Itajaí.

Eu me socorro na história. Muitos conhecem a história de Hermann Blumenau, quando resolveu instalar aqui em Blumenau sua colônia, onde é Blumenau hoje. Para quem não se lembra, foram vários os motivos dele escolher aquela região. Primeiro, porque tinha que ir para o interior, não podia ficar na costa. A costa já estava desenhada e limitada para os açorianos. Os italianos e alemães tinham que ir para o interior. Tinha que ter um afastamento mínimo de 50 a 80km da costa. Mas o ponto principal da escolha daquela região foi que lá não havia indígenas. E por que não havia índios? Porque os índios da época já sabiam que lá não era lugar para se morar porque vinha água.

Então, apenas para ilustrar, e mais uma vez parabenizar todos que estiveram envolvidos e com isso, graças a Deus, foi em muito amenizada a crise dessa enchente.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois Não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Gilmar Knaesel, com certeza, todos participaram. Acho que todos os prefeitos, todos se envolveram. Tivemos a oportunidade de ver nesse evento uma luta suprapartidária. Realmente, todos deixaram a questão política de lado e todos na sua responsabilidade fizeram o seu papel. Estão todos de parabéns.

Mas, quero aqui, só para acrescentar ao seu pronunciamento e para as pessoas entenderem, por exemplo, que o radar meteorológico que o governador contratou através do Pacto por Santa Catarina, que faz parte do plano de prevenção e mediação de cheias do vale de Itajaí, vai ser instalado no município de Lontras. Deve ficar instalado até metade do ano que vem e vai funcionar. Esse radar vai ter uma precisão tão grande que as pessoas vão saber, por exemplo, em qual o bairro, em qual localidade vai chover. As pessoas vão saber se a chuva vai acontecer antes ou depois da barragem, e se por isso, a barragem tem que ficar aberta ou fechada.

Então, isso vai dar um controle maior na questão da prevenção. E só a elevação das barragens já traria para Rio do Sul, se não me engano, aproximadamente um metro a menos de água do que aconteceu neste final de semana.

São tão importantes essas ações do Pacto por Santa Catarina, é tão importante esse plano de prevenção e mediação de cheias, que muitas pessoas não vêm e não vão ver as obras, mas vão sentir na pele a hora que não precisarem tirar os seus móveis de dentro da sua casa.

Por isso, esse projeto é muito importante e precisa do apoio de todos nesta Casa, de todos do governo do estado e do governo federal e de toda a sociedade.

Parabéns, deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado Jean Kuhlmann, v.exa. complementa meu discurso muito bem.

Quero dizer que a questão conduzida ao prefeito Napoleão deve-se ao fato de Blumenau

atrair 100% das atenções. É lá que toda imprensa faz a cobertura. Claro que não posso deixar de parabenizar os outros municípios, os outros prefeitos, que também fizeram o seu dever de casa, participaram ativamente dessa fase de prevenção, de preparação da população, de sua retirada de locais onde a água invade com mais rapidez.

Era isso, sr. presidente, muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)

- Não mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.